

RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.526 - MT (2018/0147088-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **AUTO POSTO 2 L LTDA**
ADVOGADOS : **GUSTAVO TOMAZETI CARRARA - MT005967**
: **VANESSA TOMAZETI CARRARA DE FIGUEIREDO - MT004653**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF interposto por AUTO POSTO 2 L LTDA. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso assim ementado (e-STJ fls. 1.296/1.297):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL - INEXISTÊNCIA - ABUSIVIDADE NO PREÇO DA VENDA DE COMBUSTÍVEIS - LUCRO EXCESSIVO - INFRAÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA - LIMITAÇÃO NA MARGEM DE LUCRO - DANO MORAL COLETIVO - CABIMENTO - DESNECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE SENTIMENTOS SUBJETIVOS DE DOR, SOFRIMENTO, ANGÚSTIA - RECURSO DESPROVIDO.

1 - No que se refere à alegada nulidade do julgamento por juiz que não era o titular da causa, o STJ entende que o princípio do juiz natural não tem caráter absoluto. O juiz titular pode ser substituído nas hipóteses do art. 132 do Código de Processo Civil, em cujo rol está incluída a expressão "afastado por qualquer outro motivo", que admite o afastamento do magistrado em decorrência do regime de exceção ou mutirão para agilização da prestação jurisdicional.

2 - Não procede a alegação de ofensa ao juiz natural, porquanto a atuação de outros Juízes na Vara Especializada de Ação Civil Pública e Ação Popular decorreu de designação deste Tribunal de Justiça para trabalho em mutirão judicial, de modo a conferir eficiência à prestação jurisdicional e efetividade ao princípio da duração razoável dos processos.

3 - O lucro excessivo na venda de combustíveis configura infração à ordem econômica, gerando ao infrator o dever de indenizar pelos danos causados, à luz das normas contidas no Código de Defesa do Consumidor.

4 - Devidamente comprovada nos autos a prática de preços abusivos na empresa comercializadora de combustíveis que culmina no lucro excessivo e não justificados pela empresa, a imposição do limite da margem do lucro é medida que sem impõe.

5 - Para configuração do dano moral coletivo, não se exige a prova do sofrimento, dor ou angústia causado aos consumidores.

6 - "O dano moral extrapatrimonial deve ser averiguado de acordo com as características próprias aos interesses difusos e coletivos, distanciando-se quanto aos caracteres próprios das pessoas físicas que compõem determinada coletividade ou grupo determinado ou indeterminado de pessoas, sem olvidar que é a confluência dos valores individuais que dão singularidade ao valor coletivo." (REsp 1057274/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2009, DJe 26/02/2010)

7 - Como critério para a quantificação do valor da indenização extrapatrimonial, adota-se o entendimento jurisprudencial do e. STJ, no sentido de que esta indenização tem caráter propedêutico e possui como objetivos a reparação do dano e a pedagógica punição, adequada e proporcional ao dano, no caso, fixada no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, com fixação da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (e-STJ fls. 1.361/1.370 e 1.399/1.406).

Em suas razões (e-STJ fls. 1.411/1.436), a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 1.022, II, do CPC/2015, sob o fundamento de que "o v. acórdão que julgou os embargos declaratórios recusou-se à apreciar a questão da extemporaneidade da prova, bem como a ausência de contraditório na juntada de documentos por uma das partes" (e-STJ fl. 1.426). Afirmar, para tanto (e-STJ fls. 1.421/1.423):

No caso dos autos, a sentença de instância de piso foi baseada em complemento de impugnação ao laudo pericial extemporâneo, contrariando o disposto no art. 433 do CPC. Insta salientar, que além de intempestiva a manifestação do Ministério Público, essa foi cópia *ipsis litteris* de outras manifestações que tinham outros postos de combustíveis que haviam realmente abusado dos preços.

Ora, a perícia havia confirmado a inexistência de abuso de preços, além do mais, maliciosamente, o Ministério Público incluiu tabela de preços da ANP de 2012 para ação que apura abuso ocorrido em outubro de 2006, o que levou a MM. Juíza de piso a erro, assim como o TJMT.

É cediço, Excelências, que não se pode emendar impugnação à laudo pericial, pois o prazo assinalado pelo artigo 433 do CPC/73 é preclusivo. Assim, a sentença foi baseada em impugnação extemporânea ao laudo pericial, eis que o Ministério Público, ora Recorrido emendou sua impugnação com informações equivocadas e distorcidas. A manipulação pelo Recorrido foi tão evidente e acintosa que trouxe aos autos informações sobre preços da ANP de 2012, às fls. 1102, sendo que o a perícia judicial levou em consideração o período de outubro a dezembro de 2006!

[...]

Ademais, a decisão guerreada contrariou também o art. 398 do CPC, posto que juíza de piso NÃO OUVIU O RECORRENTE, após a juntada intempestiva e extemporânea de complemento de impugnação, acarretando claro e evidente cerceamento de defesa.

Não se pode admitir que o magistrado, após a juntada de documentos por uma das partes não dê oportunidade à outra para se manifestar, violando o teor do disposto no art. 398 do Diploma Processual Civil, bem como gerando patente cerceamento de defesa. E, mais, ainda, Nobres Julgadores, quando o magistrado toma por base de seu julgamento o documento intempestivo e eivado de nulidade pelo fato de não se ter dado vistas à parte contrária!!!

(ii) art. 433, parágrafo único, e 398 do CPC/1973, tendo em vista que "a impugnação do recorrido foi apresentada fora do prazo legal, de modo que ao se nela basear a sentença esbarra na preclusão temporal. Com relação a ofensa ao artigo 398 do CPC/73 é ainda mais explícita, pois se a MM. Juíza de piso aceitou manifestação sobre laudo pericial tardia, ainda que emenda, não poderia ela ter se baseado naquela sem ouvir a outra parte, patente aí o cerceamento de defesa. [...]. Ora, é patente o prejuízo causado ao Recorrente pela extemporânea manifestação do recorrido, pois trouxe informações equivocadas baseadas em tabela da ANP de 2012, sendo que o caso apurava abuso de preços de outubro a dezembro de 2006, fato esse que levou a juíza de instância singela a erro" (e-STJ fls. 1.432/1.433).

Superior Tribunal de Justiça

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1.485/1.496).

Parecer do Ministério Público Federal pelo parcial conhecimento do recurso e, nesta parte, pelo seu desprovimento (e-STJ fls. 1.515/1.521).

É o relatório.

Decido.

No presente caso verifico que, mesmo mediante a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* manteve omissão a respeito de questão pertinente ao deslinde da causa, oportunamente suscitadas pela recorrente: cerceamento de defesa por não ter sido oportunizado à recorrente manifestar-se após a juntada da complementação da impugnação pelo recorrido, em ofensa ao art. 398 do CPC/1973.

Assim faz-se necessário o retorno dos autos à instância originária, a fim de que a Corte local se pronuncie sobre referida questão.

Nesse mesmo sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA.

1. Não havendo o Tribunal de origem apreciado as matérias suscitadas nos embargos de declaração opostos pelo ora embargante, configurada está a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, a impor o retorno dos autos à origem para complementar a devida prestação jurisdicional.

2. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos.

Decisão e acórdão proferidos por esta Corte anulados.

(EDcl no AgRg no AREsp 630.520/BA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 11/9/2018.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DUPLICATA EMITIDA SEM AS FORMALIDADES LEGAIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO COLEGIADO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, MANTENDO HÍGIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Embargos de declaração que merecem acolhida, com efeitos infringentes, em virtude de omissão na análise de questão imprescindível ao correto deslinde da controvérsia. Negativa de prestação jurisdicional arguida nas razões do recurso especial.

Violação ao artigo 535 do CPC configurada. Acórdão do Tribunal de origem que deixou de se manifestar sobre pontos imprescindíveis ao adequado desenredo da contenda.

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para reformar o acórdão que julgou o agravo regimental, a fim de acolher a preliminar de negativa de prestação jurisdicional formulada nas razões do apelo nobre e, uma vez anulado o acórdão de fls.

477-478, determinar o retorno dos autos à origem a fim de que sane as omissões e contradições apontadas no petitório de fls. 448- 473.

(EDcl no AgRg no REsp 1.021.214/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 24/4/2015.)

Prejudicadas as demais alegações.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para anular o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão dos embargos de declaração, e determino o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que supra a omissão apontada, afastando, consequentemente, a multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator